



Número: **0806623-62.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **24/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|---------|
| ANTONIO AVANILSON RIBEIRO DO VALE (AUTOR) | | ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU) | | Livia Karina Freitas da Silva (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 58917 611 | 21/08/2020 07:48 | Decisão | Decisão |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0806623-62.2019.8.20.5106
AUTOR: ANTONIO AVANILSON RIBEIRO DO VALE

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (ID nº 51562370) em face da sentença proferida nos autos, aduzindo em síntese que há obscuridade na sentença no que tange aos honorários advocatícios.

Nos pleitos finais dos embargos, requereu o acolhimento dos mesmos com o escopo de que seja sanado a obscuridade apontada.

Uma vez intimada para apresentar contrarrazões aos embargos, a parte embargada ficou-se inerte, conforme certidão de ID nº 56177654. Relatado sucintamente, passo a decidir.

Dispõe o art. 1.022 do C.P.C.:

"Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I- **esclarecer obscuridade** ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material."

Dessa forma, consoante se infere do dispositivo legal acima destacado, o recurso de embargos de declaração tem por finalidade explicativa e integrativa, caso se verifique obscuridade, contradição, omissão na sentença ou para correção de erro material, respectivamente.



Com efeito, à vista dos argumentos apresentados pelo embargante, afere-se a inexistência de obscuridade na sentença no tópico apontado pelo embargante, senão vejamos.

No que tange a suposta obscuridade apontada pelo embargante, este sequer mencionou na fundamentação o que na decisão ficou dúvida ou confuso, razão pela qual resta inviável a sua análise, inclusive por entender pela inexistência do mesmo.

O trecho apontado é claro ao condenar o embargante ao pagamento dos honorários sucumbenciais no valor de R\$700,00 (setecentos reais) não havendo o que se falar em integração da sentença para esclarecimentos.

Assim, afere-se que não há qualquer obscuridade na decisão a respeito de tal questão, razão pela qual os presentes embargos não devem ser acolhidos quanto a este tópico.

É mister frisar que a parte embargante não deve confundir decisão que considera injusta (passível de outros meios recursais no lapso temporal apropriado) com decisão eivada de vícios próprios à interposição de embargos de declaração, o que definitivamente não é o caso, eis que não se evidencia no presente feito qualquer omissão, obscuridade, erro material ou contradição.

Assim, conheço os embargos apresentados, porém NEGO-LHES PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

MOSSORÓ /RN, 21 de agosto de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

